A evolução da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

e sua regulamentação pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

No dia 14 de agosto, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD completou cinco anos de sua promulgação, com a sanção presidencial da lei em 2018. Após dois anos da promulgação, em meio à grande incerteza gerada pela pandemia de COVID-19, a LGPD finalmente entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, de modo que completará, em breve, três anos de vigência.

Desde então, houve significativo avanço na regulamentação da lei e do tema de proteção de dados no Brasil, com a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e nomeação de seu Conselho Diretor e início da atividade regulatória e fiscalizatória do órgão.

Além disso, proteção de dados se tornou um assunto cada vez mais relevante e recorrente, diante do caráter abrangente da LGPD, que atinge todos os segmentos de mercado, levando os mais diversos *players*, de diversos setores, a refletirem sobre proteção de dados pessoais.

Em comemoração a essas datas, apresentamos, abaixo, breve histórico atualizado da evolução legislativa que levou à promulgação da LGPD, bem como da regulamentação da lei no Brasil:

NOVEMBRO 2010

Aberta a 1ª consulta pública para o Anteprojeto de Lei sobre Proteção de Dados Pessoais, promovida pelo Ministério da Justiça.

2012 JUNHO

Projeto de Lei nº 4060/2012 foi apresentado à Câmara dos Deputados, o primeiro com a proposta de regular o tema da proteção de dados pessoais no Brasil.

2013

AGOSTO

Projeto de Lei do Senado nº 330/2013 foi apresentado ao Senado Federal, também com o objeto de regular o tratamento de dados pessoais no Brasil.

2015

JANEIRO

Aberta, pelo Ministério da Justiça, a 2ª consulta pública acerca do Anteprojeto de Lei para a Proteção de Dados Pessoais, com ampla participação da sociedade civil, do setor privado e do meio acadêmico.

2016

MAIO

O Anteprojeto de Lei para a Proteção de Dados Pessoais foi encaminhado à Câmara dos Deputados e foi convertido no Projeto de Lei nº 5276/2016.

JULHO

O Projeto de Lei nº 5276/2016 foi apensado ao Projeto de Lei nº 4060/2012 para tramitarem em conjunto na Câmara dos Deputados, uma vez que abordavam o mesmo tema. Paralelamente, o Projeto de Lei do Senado nº 330/2013 avançava no Senado Federal.

2018

MAIO

O Projeto de Lei nº 4060/2012 foi aprovado pela Câmara dos Deputados, vencendo a corrida entre as casas legislativas do Congresso Nacional, e seguiu para avaliação do Senado Federal, onde foi denominado Projeto de Lei da Câmara nº 53/2018.

Enquanto essas discussões estavam em curso no Brasil, o *General Data Protection Regulation* (GDPR) foi implementado na Europa, o que contribuiu para fortalecer o debate sobre o assunto no Brasil.

JULHO

Após uma série de discussões, o Projeto de Lei da Câmara nº 53/2018 foi aprovado pelo Senado Federal e, consequentemente, o Projeto de Lei do Senado nº 330/2013 restou prejudicado.

AGOSTO

O Projeto de Lei da Câmara nº 53/2018 foi sancionado pelo Presidente, com vetos relevantes, como, por exemplo, a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A aprovação desse Projeto de Lei resultou na Lei 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com vigência prevista inicialmente para agosto de 2020.

DEZEMBRO

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 869/2018, que alterou a LGPD, em especial para criar a ANPD como órgão integrante da Presidência da República, isto é, sem a autonomia prevista no texto originalmente aprovado pelo Congresso.

2020

ABRIL

No contexto dos impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil, o Governo Federal edita a Medida Provisória nº 959/2020, que, dentre outras providências, adiava a vigência da LGPD para 3 de maio de 2021.

JUNHO

Foi aprovada a Lei nº 14.010/2020, adiando a vigência das sanções administrativas da LGPD para 1º de agosto de 2021.

SETEMBRO

Entrada em vigor da LGPD. A Medida Provisória nº 959/2020 foi convertida em lei, sem, no entanto, incluir o artigo que adiava a vigência da LGPD. Assim, a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto com relação às sanções administrativas.

NOVEMBRO

Foi nomeado o Conselho Diretor da ANPD, marcando o início do funcionamento do órgão.

2021

JANEIRO

ANPD publica sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

FEVEREIRO

ANPD abre tomada de subsídios para regulamentação da notificação de incidentes de segurança.

MARÇO

Publicação da Portaria nº 1, de 8 de março de 2021 para estabelecer o Regimento Interno da ANPD.

MAIO

ANPD publica primeira versão do Guia orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado, posteriormente atualizado em outubro de 2022.

JULHO

Publicação da Portaria nº 15, de 2 de julho de 2021 para instituir o Comitê de Governança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Publicação da Portaria nº 16, de 8 de julho de 2021 para aprovar o processo de regulamentação no âmbito da ANPD.

AGOSTO

Entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD.

OUTUBRO

Publicada a Resolução CD/ANPD nº 1, de 28 de outubro de 2021 para aprovar o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (alterado pela Resolução CD/ANPD nº 4, de 24 de fevereiro de 2023).

DEZEMBRO

ANPD divulga instruções para peticionamento por titulares de dados pessoais.

2022

JANEIRO

Publicação da Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de janeiro de 2022 para aprovar o Regulamento de aplicação da LGPD para agentes de tratamento de pequeno porte.

FEVEREIRO

O direito à proteção de dados pessoais é reconhecido como direito fundamental, passando a integrar o rol do artigo 5º da Constituição Federal, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 115/2022.

ANPD publica, sem caráter normativo, o Guia Orientativo sobre Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público para auxiliar entidades e órgãos públicos nas atividades de adequação e de implementação da LGPD no Poder Público.

ABRIL

ANPD realiza reuniões técnicas relativas à Tomada de Subsídio para elaboração de minuta da norma sobre o encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

MAIO

Publicação da Nota Técnica nº 46/2022/CGF/ANPD para a manifestação técnica da Coordenação-Geral de Fiscalização acerca da divulgação dos microdados do Enem e de censos escolares pelo INEP à luz da LGPD.

Publicação da Nota Técnica nº 49/2022/CGF/ANPD para a manifestação técnica da Coordenação-Geral de Fiscalização acerca da atualização da política de privacidade do Whatsapp.

ANPD publica tomada de subsídios sobre transferência internacional de dados pessoais para receber contribuições dos diferentes agentes sobre a regulamentação da questão.

AGOSTO

ANPD divulga minuta do Regulamento de Dosimetria e Aplicação das Sanções Administrativas, para discussão.

Publicação da Nota Técnica nº 68/2022/CGF/ANPD para manifestação técnica da Coordenação-Geral de Fiscalização acerca do tratamento de dados realizado pela Receita Federal por intermédio da Portaria RFB nº 167/2022.

ANPD publica tomada de subsídios sobre o tratamento de dados pessoais de alto risco em razão do disposto no art. 4º do Regulamento de aplicação da LGPD, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 2/2022, que dispôs sobre os critérios para definição do tratamento de alto risco ao titular de dados.

SETEMBRO

Publicação da Nota Técnica nº 75/2022/CGF/ANPD para manifestação técnica da Coordenação-Geral de Fiscalização acerca do Acordo de Cooperação nº 124.479/2022, firmado entre o Serviço federal de Processamento de Dados (Serpro) e a empresa Drumwave Brasil Tecnologia Ltd.

ANPD publica a tomada de subsídios sobre hipóteses de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes para elaboração de enunciado sobre a questão.

OUTUBRO

Sancionada a Lei nº 14.460/2022, que transforma a ANPD em autarquia de natureza especial.

Publicada Nota Técnica nº 92/2022/CGF/ANPD para manifestação técnica da Coordenação-Geral de Fiscalização acerca da transparência e publicização das listas de requerentes e beneficiários dos auxílios Benefício Emergencial Taxistas e Benefício Emergencial Transportadores Autônomos de Carga (TAC).

ANPD atualiza Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado para estabelecer diretrizes não-vinculantes aos agentes de tratamento e esclarecer dúvidas frequentes sobre o assunto.

ANPD publica guia orientativo "Cookies e Proteção de Dados Pessoais" para orientar os agentes de tratamento sobre as boas práticas na área, além de traçar um panorama geral sobre o assunto.

NOVEMBRO

Publicada a Agenda Regulatória da ANPD para o biênio 2023-2024, englobando, dentre novos temas, temas ainda pendentes de regulamentação do biênio anterior.

ANPD abre tomada de subsídios de registro simplificado das operações de tratamento de dados pessoais para elaborar modelo de registro para simplificar as operações de tratamento de dados pessoais realizadas por agentes de pequeno porte (ATPP).

2023

JANEIRO

Publicada a Resolução CD/ANPD nº 3, de 25 de janeiro de 2023, a qual instituiu o Comitê de Governança Digital da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

ANPD passa a ser entidade vinculada ao Ministério da Justiça pelo Decreto nº 11.348/2023.

ANPD divulga balanço de acompanhamento e execução da Agenda Regulatória 2021/2022 referente ao 2º semestre de 2022.

FEVEREIRO

Publicada a Resolução CD/ANPD Nº 4, de 24 de fevereiro de 2023, a qual aprovou o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas.

MARÇO

ANPD torna pública lista de processos administrativos sancionatórios instaurados pela Coordenação-Geral de Fiscalização (CGF).

Publicada a Resolução CD/ANPD Nº 5, de 13 de março de 2023, a qual aprovou a Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório para o período 2023-2026.

Publicada a Nota Técnica nº 3/2023/CGF/ANPD para manifestação técnica da Coordenação-Geral de Fiscalização acerca da possibilidade de criação de Memorial no Portal Web da Polícia Rodoviária Federal.

ANPD esclarece dúvidas sobre a atuação do Encarregado e a emissão de selos de conformidade com a LGPD.

ABRIL

ANPD divulga página com perguntas e respostas sobre o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

ANPD divulga nova página para o envio de denúncia e petição de titular.

Publicada a Resolução CD/ANPD nº 6, de 3 de abril de 2023, a qual instituiu o Programa de Gestão e Desempenho no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD; e revogou a Portaria ANPD/PR Nº 19, de 26 de novembro de 2021.

MAIO

Publicado o Enunciado CD/ANPD Nº 1, de 22 de maio de 2023 para editar o enunciado sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

ANPD abre consulta pública sobre norma de comunicação de incidente de segurança com dados pessoais.

Publicada a Nota Técnica nº 4/2023/CGTP/ANPD para Manifestação técnica da Coordenação-Geral de Tecnologia e Pesquisa acerca do alinhamento de conformidade com a LGPD e sua aplicação no varejo farmacêutico.

ANPD divulga lista das 27 instituições que estão sob processos de fiscalização do órgão quanto à sua adequação à LGPD, bem como os 16 processos de fiscalização que estão em andamento.

ANPD publica orientações atualizadas para comunicação de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais.

JUNHO

ANPD divulga modelo de registro simplificado de operações com dados pessoais para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte.

ANPD publica, sem caráter normativo, o "Guia orientativo para tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos e para a realização de estudos e pesquisas".

JULHO

ANPD aplica a primeira multa por descumprimento à LGPD.

ANPD publica análise preliminar do Projeto de Lei nº 2338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

AGOSTO

ANPD divulga pauta do Circuito deliberativo nº 21/2023. O assunto endereçado trata de Consulta Pública sobre a Minuta de Resolução que aprova o Regulamento de Transferência Internacional de Dados e os modelos de cláusulas-padrão contratuais.

ANPD abre consulta pública sobre norma de transferências internacionais de dados pessoais.

ANPD abre consulta à sociedade sobre estudo preliminar quanto à base legal do legítimo interesse.

A expectativa é a de que a ANPD continue sua missão de regulamentar diversos pontos da LGPD que ainda carecem de maiores esclarecimentos, bem como continue fiscalizando o cumprimento da lei para assegurar um arcabouço jurídico-institucional robusto para a privacidade e proteção de dados no Brasil.

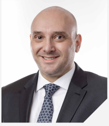
Highlights

Para maiores detalhes, selecionamos abaixo *newsletters* publicadas pelo Lefosse sobre os principais eventos e normas até agosto de 2023.

- **Conselho Diretor da ANPD publica Resolução CD/ANPD nº 1 que aprova o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador**
- **ANPD publica regulamento que flexibiliza a aplicação da LGPD a microempresas, empresas de pequeno porte, startups e associações sem fins lucrativos**
- **Promulgada a Emenda Constitucional nº 115 que reconhece a proteção de dados como um direito fundamental**
- **Medida provisória transforma a ANPD em autarquia especial**
- **ANPD publica tomada de subsídios para definir sua Agenda Regulatória para o biênio 2023-2024**
- **ANPD publica Regulamento de Dosimetria e Aplicação das Sanções Administrativas da LGPD**
- **ANPD publica Nota Técnica sobre tratamento de dados pessoais no setor de varejo farmacêutico**
- **ANPD publica Enunciado sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes**
- **ANPD abre consultas públicas sobre regulamento de transferências internacionais de dados pessoais e sobre Estudo Preliminar a respeito do Legítimo Interesse**

Nossa equipe de Tecnologia, Proteção de Dados e Propriedade Intelectual acompanha a evolução legislativa e regulatória sobre proteção de dados e está à disposição para auxiliar seus clientes sobre o tema.

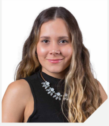
Nossa equipe:


Paulo Lilla

Carla Segala

Mariana Sangoi

Beatriz Becker


Blanca Albuquerque

Julia Ferrari

Lefosse